

Determinações históricas da empresa agromercantil e da industrialização dependente sobre o mercado de trabalho (1980-2010): apontamentos sobre o subemprego no Brasil

Gustavo José Danieli Zullo, Doutorando em Desenvolvimento Econômico, IE-Unicamp

Resumo

À luz da formação econômica do Brasil, pretendemos examinar seu mercado do trabalho no período 1980-2010 com base no conceito de subemprego formulado por Octavio Rodríguez. Diferentemente da abordagem tradicional, procuramos articular tanto a dimensão urbano-industrial à empresa agromercantil como as atividades agrícolas às atividades não-agrícolas, o que oferece uma visão mais ampla e profunda dos processos econômicos por que passa a economia brasileira.

Palavras-chave: História; empresa agromercantil; industrialização dependente; subemprego.

Abstract

In light of the Brazilian economic formation, we intend to examine its labor market in the period 1980-2010 based on the concept of underemployment formulated by Octavio Rodríguez. Unlike the traditional, we seek to articulate both the urban-industrial dimension and the agromercantile company, as well as the agricultural activities to non-agricultural activities, which offers a broader and deeper insight into the economic processes of the Brazilian economy.

Keywords: History; agromercantile company; dependent industrialization; underemployment.

1. Introdução

O presente trabalho propõe uma análise do mercado de trabalho fundamentada no conceito de subemprego criado por Rodríguez (1985), articulando a dinâmica das ocupações agrícolas e não-agrícolas em um período de trinta anos desde uma perspectiva estruturalista. Todavia, a sua utilização exige alguns cuidados, pois a acepção que apresentaremos neste artigo difere bastante do sentido usual com que é empregado. Não se trata de uma simples ideia de emprego disfarçado, mas, sim, de uma concepção que busca captar a singularidade da estrutura ocupacional de países periféricos em que a concentração fundiária perpetua o latifúndio e a expansão de suas fronteiras como dispersor de mão de obra, para o que não bastaria aludir ao êxodo rural que se passou no Brasil em meados do século XX. O método que utilizaremos mensura o subemprego como uma aproximação do estágio em que se encontra o desenvolvimento, e não como um reflexo momentâneo do desenvol-

vimento capitalista.¹ É preciso, antes, destacar o sentido histórico da associação entre a empresa agromercantil e a industrialização dependente, de modo que se possa apreender a existência de estruturas que foram revitalizadas e que não podem ser tratadas separadamente nem tampouco como se fossem aspectos de conjuntura. De outro modo, por exemplo, dificilmente se poderia compreender as migrações rural-urbanas como elementos dinâmicos e determinantes para o perfil do mercado de trabalho entre 1980 e 2010.

Tanto no período em que se processou a industrialização por substituição de importações como no período que corresponde ao recorte temporal proposto, o avanço do agronegócio sobre novas terras e a insuficiência da oferta de trabalho não-agrícola contribuíram para a marginalização da população trabalhadora.² Embora o impacto do período mais recente tenha sido menor, não se pode descartar o subemprego rural como reservatório de mão de obra que alimenta o subemprego urbano em uma economia dependente que preservou o latifúndio exportador como válvula de escape às turbulências do mercado mundial. Ou ainda, sob outro prisma, poderíamos afirmar que as burguesias brasileiras,³ “parteiras e amas-secas” do capitalismo dependente, perpetuaram os nexos coloniais da economia, (Fernandes, 2005, p. 251) o que fez da problemática social que os circunda e os penetra um elemento determinante daquilo que Caio Prado Jr. (2011) denominou como o *sentido da colonização*.

Por fim, nos cabe ainda apontar o percurso que seguirá este artigo, dividido em outras três seções, mais as considerações finais. Na primeira seção, abordaremos a empresa agromercantil

¹ Em linhas gerais, o desenvolvimento capitalista é aqui entendido como o desenvolvimento das forças produtivas tal como Furtado (1981) o analisa, que seria um tipo de desenvolvimento que não teria o atendimento das necessidades humanas como o seu objetivo. O desenvolvimento das forças produtivas seria unicamente destinado ao acúmulo de capital junto às frações sociais já privilegiadas, apresentando-se como um instrumento de poder direcionado não apenas à concorrência entre os capitais mas também como um meio para preservar a hierarquia social, o que seria potencializado em uma economia subdesenvolvida que possui um enorme “excedente estrutural de mão de obra”. (Furtado, 1968) Por sua vez, o *desenvolvimento* seria o processo que teria como *fim* a homogeneização dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade, de modo que fossem atendidas as necessidades humanas.

² A construção da categoria subemprego na história do pensamento econômico está conectada por basicamente duas questões ao debate da marginalidade social na América Latina. A primeira é que o prolongamento temporal de massas trabalhadoras desocupadas ou ocupadas em ocupações irregulares e de baixa produtividade é uma característica comum à definição de ambos. Em segundo lugar, em ambas essas construções teóricas haveria uma identificação com o exército industrial de reserva. De um lado, a discussão sobre a marginalidade social identifica o fenômeno em questão como a expressão latino-americana do exército industrial de reserva, do que nos valem da posição de Lúcio Kowarick (1977). De outro, o trabalho de Aníbal Pinto (1976), que é quem define a heterogeneidade que servirá de base aos estudos e definição de subemprego por Octavio Rodríguez (1985), identifica de forma expressa os trabalhos de baixa produtividade com o exército industrial de reserva. Ainda que esta seja uma aproximação um tanto grosseira, pois a marginalidade social, nesta definição aproximada que apresentamos, abrangeria também o desemprego, o que destacamos aqui é que quando nos referimos ao processo de marginalização, indicamos o processo que produz subempregados.

³ Ainda que normalmente façamos referência a *burguesia*, no singular, por vezes Florestan Fernandes (2005) opta por se referir a *burguesias*, no plural, o que, em boa medida, cumpre a função de realçar a amplitude de frações que compõem a classe dominante no Brasil, que também poderia ser denominada como *burguesia compósita*. De todo modo, o sentido que se dá a todas essas três termos é que as burguesias se associavam e *compunham* uma classe dominante determinada a impedir que a instabilidade típica de um regime de classes, que se consubstancia na competição por posições sociais através do trabalho, abrisse brechas que efetivamente representassem, ou mesmo que possivelmente pudessem vir a representar, o fim de seus privilégios de classe.

como pedra angular da economia brasileira e os limites que impôs à industrialização dependente. Na parte seguinte, evidenciaremos o atual processo de reversão neocolonial, que em boa medida coincide com o período 1980-2010. Já na última seção analisaremos o mercado de trabalho das últimas três décadas, destacando o comportamento do subemprego (rural e urbano), que em países periféricos corresponde a uma parcela considerável da PEA que se ocupa em atividades de baixa produtividade por longos períodos de tempo. Além disso, a utilização do termo subemprego como categoria analítica requer alguns cuidados adicionais que serão apresentados em uma subseção que antecede a análise do mercado de trabalho propriamente dito. Dada a controvérsia que envolve o seu significado, e mesmo devido à marginalização e ao pouco rigor com que normalmente se usa o termo, apresentaremos uma metodologia que identifica a sua mensuração a uma apreciação teórica do caráter do desenvolvimento no Brasil, onde a modernização antes reconfigurou do que rompeu com a heterogeneidade estrutural.⁴

2. Empresa agromercantil, segregação social e os limites da industrialização dependente

Estruturada como uma grande exploração agrária voltada ao mercado externo, a economia brasileira preserva até os dias de hoje uma extroversão que remete a suas origens coloniais, de natureza essencialmente mercantil e especulativa.⁵ Antes de estar fundamentada na exploração de seu mercado interno e atender as necessidades da maior parte de sua população, o padrão de acumulação fundado no Brasil se fundamentou a tal ponto na exploração espoliativa da mão de obra que foi inibida a constituição dos nexos que articulariam o consumo e a produção, tão necessários para que o processo substitutivo de meados do século XX atribuísse autonomia ao país. (Prado Jr., 1987)

A passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado não significou qualquer alteração drástica aos fundamentos da grande empresa comercial no Brasil, uma vez que o trabalho não foi transformado em um móvel de classificação nem de valorização social, tal como ocorre em países onde vigorava de forma plena o regime de classes. Pelo contrário, a segregação social foi rea-

⁴ O conceito de heterogeneidade estrutural que usamos ao longo deste trabalho foi formulado por Aníbal Pinto (1976). Assim como a categoria de subemprego formulada por Octavio Rodríguez (1985), tem como eixo a ideia de produtividade do trabalho a partir das condições técnicas da produção, o que é determinado pela densidade de capital, e não pela qualificação da força de trabalho. E de forma análoga, Pinto (1976) assinala que a heterogeneidade estrutural seria definida pelas situações em que há uma participação significativa de setores e ramos de baixa produtividade, o que implicaria uma heterogeneidade não apenas econômica, mas também social, dada a vinculação inextricável das estruturas de produção e de ocupações. Além disso, haveria ainda uma terceira dimensão, que seria a dimensão regional, dado que nos países periféricos as indústrias mais modernas tendem a se concentrar espacialmente no território.

⁵ Neste parágrafo e em outros momentos do texto usaremos a expressão “grande exploração rural”, cunhado por Caio Prado Jr., como um equivalente de “empresa agromercantil”, apresentado por Celso Furtado na segunda parte d’*A análise do “modelo” brasileiro*, onde este autor destaca explicitamente a influência do primeiro em sua análise.

firmada como consequência necessária de um processo de modernização que aprofundava a especialização de uma economia que destruía e separava, como uma moenda, “os agentes humanos de sua força de trabalho”. (Fernandes, 2008, p. 173) Com o objetivo maior de abastecer o mercado estrangeiro, que drenava a maior parte das riquezas produzidas no país, a etapa da modernização que se deu até as primeiras décadas do século XX não avançou para além de seus desígnios externos, o que nos leva ao segundo aspecto fundamental de que tratamos, que é a dependência externa. Controlado de fora, o processo de modernização foi limitado pelo montante de recursos financeiros internacionais que a economia brasileira estava capacitada a acumular através da venda de produtos primários no mercado mundial. Afinal, a dependência externa da economia brasileira com o imperialismo do último quartel do século XIX até meados dos anos 1950 era operada por meio de mecanismos indiretos, sendo denominada por Florestan Fernandes como a *indirect rule*.

Os empreendimentos imperialistas que nasceram no século XIX e se estenderam até meados do século XX não intervieram diretamente na produção. Detiveram-se fundamentalmente em atividades que, apesar de auxiliares e complementares à produção mercantil propriamente dita, foram necessárias para o seu êxito, como o financiamento da lavoura e os transportes ferroviário e marítimo que escoavam a produção a Europa e Estados Unidos. Mas os empreendimentos e as nações imperialistas não acirraram a especialização nem a desvinculação entre consumo e produção nas economias subalternas simplesmente porque se abasteciam dos produtos tropicais aí produzidos. Na medida em que a produção industrial nas economias agrícolas era insignificante, estes mesmos empreendimentos e nações cativaram a demanda das classes possuidoras dos países de origem periféricos por manufaturas e produtos industrializados, o que criava um círculo vicioso de difícil superação — a construção de uma estrutura industrial autônoma requeria um volume de recursos financeiros e uma tecnologia que o Brasil jamais possuiu. Assim, conforme cresciam a sociedade e a sua respectiva demanda por produtos de toda ordem, a alternativa de curto prazo culminou fatalmente em importações que desequilibravam as contas externas já comprometidas pela compra de manufaturas estrangeiras e pela remuneração de capitais estrangeiros de caráter eminentemente especulativo. Os contratos de câmbio e a construção de estradas de ferro, por exemplo, simplesmente conectaram a área em que se produzia o café ao porto mais próximo, dado que o objetivo daquela estrutura era exportar a produção aos países industrializados e não a promoção da integração da economia nacional. Sem autonomia nem forças para alterar este estado de coisas, a burguesia brasileira renovou este ciclo vicioso através de uma nova expansão da lavoura, o que, por sua vez, resultava em “constante depreciação da moeda e outras graves consequências, inclusive a desordem financeira crônica, que vêm desde sempre, podemos assim dizer, afligindo o país.” (Prado Jr., 1987, p. 87)

E foi justamente pelo desconforto gerado por todas estas amarras que, no início do século XX, uma parcela da burguesia começou a buscar meios que tornassem possível uma diversificação da atividade produtiva, o que mais tarde ficaria conhecido como industrialização por substituição de importações – mais precisamente, deu-se início a sua primeira fase, que usualmente é datada entre 1930 e 1956. Todavia, este impulso à atividade industrial no Brasil não se constituiu única e exclusivamente como uma investida de um demiúrgico capital nacional, o que representaria uma transformação radical de toda a estrutura econômica que vigorou até então. Ainda que o Estado brasileiro tenha participado ativamente dos primeiros e fundamentais passos na construção de um sistema econômico,⁶ sobretudo na formação dos setores de bens intermediários, a participação dos trustes internacionais na demanda final continuou acentuada, sendo que se aprofundaria dali em diante. A partir daquele momento, não se contou apenas com o comércio exterior, dado que o capital internacional começava a instalar diretamente as suas primeiras plantas produtivas, já amortizadas, no país. Longe de deixar escapar seu controle sobre nossa economia, o imperialismo se adaptou à nova realidade e acirrou as condições que tornaram cativo o mercado periférico, evidenciando que o período de industrialização substitutiva não passou, no fundo, de uma renovação do sistema colonial, que se colocava sob novas bases.⁷ (Prado Jr., 2012) Com o fito de avançar sobre a conquista de nosso espaço econômico, os trustes expandiam seu domínio a todo empreendimento que pudesse lhes render lucro, sobretudo nos “postos-chave e de significação econômica decisiva”, com o que se assegurou um novo mecanismo de controle sem que se tivesse que prescindir dos antigos. Ainda que para os trustes a industrialização brasileira não fosse mais que uma “simples expressão da [sua] política internacional de vendas”, (Prado Jr., 2012, p. 323-324) a eles estavam garantidas todas as condições para fixar normas, ditar o ritmo e os limites do desenvolvimento capitalista na periferia do capitalismo. Era predominantemente a partir dos trustes que se determinou o montante de lucros que a economia brasileira proporcionaria e que, conseqüentemente, a dinamizaria internamente e lhe alavancaria uma determinada inserção externa. A despeito do avanço na estrutura produtiva, que logo passou a prover quase todos os bens de consumo corrente e, após a Segunda Guerra Mundial, parte expressiva dos bens de consumo durável e mesmo dos bens de produção, ficamos à mercê dos empreendimentos imperialistas que eram justamente as organizações que deformavam e revertiam a industrialização em seu favor. Controlada pelo imperialismo e internamente orientada por uma bur-

⁶ A despeito de algumas discordâncias quanto à potência que se credita ao capital “nacional”, Draibe (1985) aponta para o planejamento do Estado brasileiro na expansão da indústria, o que expressa o conflito entre a imposição externa, a qual se somavam forças internas conservadoras, e os avanços de uma fração da burguesia que ansiava por maior autonomia.

⁷ Segundo Prado Jr. (1987, p. 88), a instalação de subsidiárias e de empresas associadas aos trustes internacionais representaram cerca de 40% da abertura de empreendimentos industriais.

guesia que inibiu e limitou o mercado interno como nexos entre produção e consumo, a indústria brasileira não se conformou como um conjunto harmônico, permanecendo dependente de importações mesmo após avançar, a partir dos anos 1950, na substituição dos setores industriais mais dinâmicos.

A ampla diversificação da estrutura produtiva, que lentamente passou a contar com setores direcionados às necessidades de sua população, contudo, não foi suficiente para superar a dependência da empresa agromercantil como principal meio para se obter as divisas necessárias ao processo substitutivo. A função exportadora conservou sua primazia e reteve toda a economia dentro do velho enquadramento colonial, o que concorreu para agravar os desequilíbrios externos que mencionamos anteriormente. As divisas geradas pela empresa agromercantil não serviram como instrumento para orientar o parque industrial diversificado e relativamente moderno a se tornar um veículo importante na captação de recursos internacionais pela via da exportação. Nem poderia sê-lo, dado que a estrutura produtiva montada naquele período visava atender apenas a parcela privilegiada da população – a burguesia – que poderia arcar com os altos custos unitários dos produtos duráveis que dinamizaram todo o processo, o que evidencia que, “pela maneira como se realiza, ou se realizou até hoje, [o progresso material] se anula em boa parte e se autolimita, encerrando-se em estreitas perspectivas”. (Prado Jr, 1987, p. 91-92) Em outros termos, o que se indica é que não parecia estar no horizonte do processo substitutivo a integração da economia nem a integração da sociedade. Pior, concorria-se para que, em conjunturas desfavoráveis, o investimento e o dinamismo da economia brasileira diminuíssem sem que os centros internos de decisão tivessem o poder necessário para impedir a saída do capital que os sustentava. Frágil, o modelo brasileiro se caracterizava, de um lado, pela intolerância social de sua burguesia, que impedia a livre disputa por posições sociais típica de uma sociedade de classes e, por outro, por sua associação subalterna ao sistema internacional do capital, conformando aquilo que Florestan Fernandes denominou como dupla articulação. Esta, por sua vez, respondia dinamicamente às mudanças do tempo histórico do mundo capitalista, que naquele momento obedecia às determinações do imperialismo total, estágio em que os trustes e a grande finança ampliaram consideravelmente a sua participação direta, “a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras”.⁸ (Fernandes, 2005, p. 320)

⁸ Segundo Fernandes (2009), o *imperialismo total* consistiria na “dominação externa a partir de dentro em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação e consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc.” (p. 27).

Empenhado em mitigar a ameaça comunista e, ao mesmo tempo, criar alternativas para a sua valorização, que se tornara mais difícil na medida em que a concorrência intercapitalista nos países centrais lhe sufocava o horizonte, o capital monopolista penetrava na periferia e aprofundava as “heterogeneidades econômicas, sociais e políticas” de uma sociedade marcada pela anomia social crônica. (Campos, 2016, p. 13) Garantia-se, assim, a preservação da hierarquia do sistema internacional do capital, posto que eram justamente estas heterogeneidades que inibiam a construção de uma estrutura industrial de padrões modernos e de perspectivas ampliadas. Assim, a elevação da diversificação produtiva não apenas não foi acompanhada da disseminação das atividades de maior produtividade do trabalho como também se aproveitou dessas heterogeneidades. Ampliavam-se as possibilidades de se rebaixar os salários do trabalhadores ocupados nos setores de nítido corte capitalista na medida em que estes recorreram necessariamente às atividades de baixa produtividade exercidas fora destes espaços. (Kowarick, 1977; Oliveira, 2003)

Baseada em baixas taxas de salário, que remuneram parcela significativa da classe trabalhadora e que caracteriza uma alta intensidade da exploração do trabalho, o processo substitutivo não criou as condições adequadas para que a estrutura de renda potencializasse a expansão industrial. Mais especificamente, consolidou-se um padrão tradicional de vida que era herdeiro vivaz da escravidão, o que nos permite afirmar que na economia brasileira não se incluía na remuneração do trabalho da maioria da população trabalhadora “a reposição do trabalhador no cálculo do valor do trabalho”. (Fernandes, 2008, p. 46) Sem a completa ruptura de antigas relações sociais de produção, constituiu-se no país uma dada forma de superexploração da força de trabalho, diferente de outras formas de se remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor. Nesse sentido, observa-se que a exploração da força de trabalho como uma singularidade histórica da economia nacional se confunde com a própria evolução econômica do país quando se analisa, dentre outras coisas, a trajetória da inserção externa, a diversificação da produção, o perfil de demanda e a dimensão do mercado interno. As continuidades entre o padrão de exploração da mão de obra escrava e o padrão de exploração da mão de obra assalariada da massa da população constituem-se como evidências de que a exclusão social permanente naquele momento de transição não abriu a oportunidade para que o mercado interno se tornasse referência à produção interna. A força de trabalho no Brasil não se constituiu em pressão sobre os custos de produção naquela que era uma economia caracterizada pela extroversão e baseada na exportação de produtos tropicais. Ou seja, a industrialização contou com uma força de trabalho que partiu de um estágio inicial já muito depauperado e que não superou essa condição precisamente porque a expansão da fronteira agrícola, que viabilizou a expansão industrial, condicionou o prolongamento de uma taxa de salários muito baixa em toda a economia. (Prado Jr., 1987)

A formação do mercado de trabalho deve ser compreendida, portanto, à luz das transformações que se passou no campo em articulação ao que se passava nos centros urbanos dos países. A expansão da fronteira agrícola, amparada pelo Estado e fundamentada na concentração fundiária,⁹ continuamente alimentou a demanda de trabalho nas atividades não-agrícolas, onde as precárias condições de vida e trabalho eram reproduzidas.¹⁰ A conexão entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, assim como entre as suas respectivas condições de trabalho, conectou e estabeleceu o campo e a cidade como uma unidade que determinou a taxa de salários de toda a economia, o “que se pode comparar à tendência ao nivelamento dos líquidos em vasos comunicantes.” (Prado Jr., 1987, p. 173) Enquanto que as melhores condições de trabalho nas cidades apresentaram-se como a principal, senão única, situação capaz de conferir ao trabalhador rural algum poder de barganha, de outro lado, o baixo padrão de vida e trabalho que predominou no meio rural constituiu-se como o principal fator à depressão da remuneração do trabalho na cidade. Assim, por duas vias que se retroalimentam, as exigências da classe trabalhadora como um todo tendiam a ser neutralizadas, o que apenas beneficiou uma burguesia obstinada a inibir os aspectos construtivos de um regime de classes que, em tese, tem na competição por posições sociais o fundamento de seu funcionamento e o de sua diferenciação com relação a um regime estamental. (Fernandes, 2005; 2008)

A rigidez da estrutura social foi um elemento essencial, para definir o alcance da industrialização por substituição de importações, que em momento algum se constituiu como “um processo contínuo e autoestimulante, alimentando-se de suas próprias forças e propagando-se por elas”, que é aquilo que propriamente caracteriza um processo de industrialização. (Prado Jr., 2012, p. 332) Fundamentalmente direcionada para suprir a demanda final de uma pequena parcela da população e limitada pela dependência do setor agrário-exportador para se obter divisas, não se constituiu no Brasil mais do que uma estrutura produtiva fragmentada, sobretudo porque não se conseguiu avançar satisfatoriamente no setor de bens capital, imprescindível para se reduzir as importações. As deter-

⁹ De acordo com Oliveira (2003), o Estado abriu estradas de rodagem que conectavam várias partes do país e viabilizavam que a expansão da fronteira atingisse a proporção necessária para que fossem obtidas as divisas que seriam convertidas em importações essenciais ao processo substitutivo. Além disso, a expansão da fronteira agrícola, que seria uma expansão externa, estava associado a uma segunda expansão, interna, que se configuraria “pela expropriação que se forma pela posse transitória” (p. 43) de uma terra cultivada por um proletariado rural que trabalhava sob o sistema de parceria, baseado em técnicas de baixa produtiva que garantiam o baixo custo da produção agrícola e que, por isso, cumpria “um importante papel no [rebaixamento] do custo de reprodução da força de trabalho urbana” (p. 45). Por sua vez, Szmrecsányi (1998) aponta para a alta correlação entre o financiamento e a concentração fundiária, principalmente quando as terras em questão se destinavam ao cultivo de produtos industrializáveis, como o café, a cana de açúcar, a soja e o trigo. De acordo com o autor, o Sistema Nacional de Crédito Rural destinava aproximadamente 40% de seus recursos a cerca de dez mil produtores, que equivaliam a algo como 1% de seus mutuários, sendo que as culturas destinadas ao abastecimento alimentar, como a do feijão e da mandioca, plantadas majoritariamente por pequenos e médios agricultores, recebem uma contribuição bastante inferior ao de sua participação no valor da produção.

¹⁰ A literatura brasileira produziu alguns trabalhos que ilustram de forma exemplar e que é absolutamente fundamental para a compreensão das condições de vida e trabalho no campo, tal como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

minações que orientaram o processo substitutivo não pareceram direcionar a economia brasileira à autonomia. Permaneceu-se, pelo contrário, preso ao financiamento externo, seja pelo crédito, seja pelo investimento direto externo, e à tecnologia oriunda dos trustes imperialistas. Nem mesmo a grande expansão da produção de bens finais, que de fato aliviou a pressão sobre as contas externas, foi capaz de se projetar para além das fronteiras do país e se transformar em uma plataforma de exportações, o que é parcialmente explicado pela obsolescência dos equipamentos que se instalou nos países periféricos. O investimento direto externo foi baseado na instalação de máquinas e equipamentos já completamente amortizados e muitas vezes defasados em relação aos bens de capital que prevaleceram nas unidades produtivas dos países hegemônicos, (Furtado, 1981) o que limitou as potencialidades da produção industrial brasileira.

O desenvolvimento capitalista no Brasil se assemelhou mais a um breve surto de atividades econômicas condicionado por uma conjuntura internacional excepcional do que a um genuíno processo de desenvolvimento nacional em que as necessidades humanas guiaram o processo na medida em que estas foram convertidas como fim do processo. Muito pouco do que foi construído, alertou Cario Prado Jr. em *História Econômica do Brasil*, foi aproveitado na integração da estrutura produtiva e na integração desta com a população. Apesar do alarde em volta do crescimento industrial, que supostamente teria atingido um patamar qualitativamente superior, o que se verificou no mais das vezes foi uma substituição de bens de consumo durável que dependia do abastecimento externo de seus principais insumos. Nesse sentido, a indústria brasileira não teria passado de uma constelação dispersa e desconexa de filiais que os trustes internacionais transladaram para as economias periféricas. Ao longo de todo o período, o desenvolvimento das forças produtivas no país constituiu-se basicamente na instalação de elos da cadeia produtiva que permitiram um melhor aproveitamento da exploração dos mercados locais na medida em que se reduziram custos trabalhistas, alfandegários e outros custos relativos ao transporte. Apesar de esforços empreendidos pelo Estado brasileiro, que entre os anos 1930 e meados da década de 1950 desenvolveu setores de infraestrutura que subsidiaram a produção dos demais setores nos anos posteriores, os interesses das empresas transnacionais e das frações mais conservadoras da burguesia brasileira prevaleceram sobre os interesses de integração econômica e social. Neste sentido, pode-se dizer, não houve um desenvolvimento que se poderia qualificar como *nacional*. Parte substantiva do excedente que se produziu foi desviada para a acumulação ao nível dos bens finais de consumo, (Furtado, 1983) sobretudo nos estados mais ricos, sem que ao menos fosse perseguida uma articulação mais coerente entre essas mesmas atividades industriais. Além disso, o “excedente estrutura de mão de obra” e o padrão espoliativo de relações sociais garantiram que a exclusão da classe trabalhadora permanecesse como fundamento da

formação de capital no país — afinal, é a dupla articulação que define o regime de classes no Brasil ao mesmo tempo em que é exatamente aquilo que embaraça a plena utilização do potencial do mercado interno. Não por acaso, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes entendiam que o desenvolvimento capitalista brasileiro não só era frágil como também afirmavam que poderia ruir como um castelo de cartas a partir de mudanças substantivas naquela que era conjuntura internacional excepcional na história do capitalismo.

3. Reversão neocolonial

A transformação que emanava do centro do capitalismo na década 1970 interrompeu o processo substitutivo, deformou a estrutura produtiva da economia brasileira e desencadeou uma precarização do tecido social.

Naquele momento, a chamada Era de Ouro, que nos países hegemônicos se caracterizou por conquistas sociais em paralelo à acumulação de capital, cedeu espaço ao desemprego, à precarização do mercado de trabalho, expressões de uma crise de grande profundidade e envergadura, que é a crise estrutural do capital. Todavia, as suas consequências não podem ser generalizadas entre países tão diferentes como os países latino-americanos, por exemplo, e os países da Europa Ocidental. Para Sampaio Jr (2012), em países de passado colonial e economia dependente, como o Brasil, este processo emergiu como uma reversão neocolonial. Marcado pelo avanço da sanha capitalista sobre a oposição da classe trabalhadora, que se enfraquecia com o declínio da URSS, visível já em meados dos anos 1970, aquele período histórico parecia ter esgotado todas as suas propriedades civilizatórias, que é o que define a crise estrutural do capital. De tal modo, a contradição entre capital e trabalho passou a representar um limite ao desenvolvimento das forças produtivas, da valorização e da acumulação de capital, o que tendia a lançar o modo de produção capitalista a um estado generalizado de barbárie. Diferentemente do passado recente, quando o capital transpôs os seus limites e superou a sua própria negação através da construção de novas forças produtivas em uma Europa arrasada pela II Guerra Mundial, no presente momento histórico esta alternativa parece muito remota. Na periferia, a crise estrutural acentuou, mais do que no centro, o desemprego estrutural, o que desaguou em processos ativos de segregação social que alguns acreditavam já terem sido superados pelo desenvolvimento capitalista, inclusive no Brasil. Reforçada por um processo substitutivo que já dava sinais de desaceleração, a economia brasileira rapidamente perdeu dinamismo e assistiu, nos anos 1980, a uma enorme elevação do subemprego e, em menor escala, do desemprego, que, nos 1990, ganharia contornos dramáticos.

Costurada pelo capital financeiro, a reconfiguração da estrutura produtiva internacional soterrou as aspirações de integrar a estrutura produtiva brasileira, que, sem internalizar satisfatoriamente os meios de produção, não teve condições para prosseguir com a sua expansão. Sobretudo após a eclosão da crise da dívida, argumenta Furtado (1983), o Estado nacional perdeu a autonomia relativa que possuía para interferir na economia, quando a transnacionalização do capital limitou severamente o alcance e a efetividade das políticas fiscal, monetária e de crédito. De outro modo, o que se afirma é que as ferramentas macroeconômicas perderam a capacidade de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas, o que enfraqueceu a competitividade da indústria brasileira, sobretudo porque naquele momento os trustes introduziram inovações tecnológicas em suas plantas produtivas instaladas nos países hegemônicos e, de forma crescente, nos países asiáticos. Intimamente associada à deterioração das condições de planejar e executar políticas públicas, a nova estratégia internacional de valorização do capital financeiro empurrou a América Latina a uma dependência ainda maior. A necessidade de obter saldos positivos no Balanço de Pagamentos aliada da impotência crescente da indústria nacional levaram ao aprofundamento da especialização em setores de baixo conteúdo tecnológico cuja competitividade internacional dependeu da superexploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente, o que, em boa medida, correspondeu ao que se chama de especialização regressiva. Impulsionou-se a expansão do agronegócio e da extração de recursos minerais, onde é elevada a mecanização das principais atividades destinadas à exportação e relativamente baixa a absorção de força de trabalho, que foi obrigada a migrar para ramos e setores de produção de menor produtividade do trabalho.

Como consequência, as tendências de integração intersetorial e a diversificação da produção do período anterior naufragaram, fazendo com que, ao final da década de oitenta, fosse observado um aumento da heterogeneidade intersetorial e, em menor medida, da heterogeneidade intrasetorial. (Suzigan, 1992) O impacto das revoluções produtivas e mercantis sobre a economia dependente acentuou a precariedade da base material do país que, imerso em “um ambiente econômico medíocre que coloca bloqueios à monopolização do capital”, não teve forças para construir “uma conjuntura mercantil sólida e autoreferida.” (Sampaio Jr., 2012, p. 153-154) Ou seja, dependente do capital das empresas e das instituições financeiras transnacionais para acessar a tecnologia, os meios de produção e o financiamento utilizados no processo substitutivo, a indústria de transformação brasileira rapidamente perdeu o dinamismo. Por sua vez, o fortalecimento de setores intensivos em capital estimulado pela especialização regressiva, como a mineração e a agricultura mecanizada, fundamentados na utilização de equipamentos importados, aprofundou a heterogeneidade estrutural. Tanto a desestruturação das atividades urbano-industriais como a expansão das atividades mecânicas

zadas destinadas à produção de produtos primários impulsionaram ao surgimento de um porção de unidades produtivas de pequeno porte e de baixa produtividade.

Fragilizada, a economia brasileira se tornou ainda mais suscetível aos movimentos especulativos na década de noventa, quando ocorreu uma ampla e profunda desnacionalização da exploração de recursos naturais e de setores estratégicos, como o são a geração e a distribuição de energia, os sistemas bancário, de telecomunicações, de saneamento e, dentro outros, o de abastecimento de água. Na medida em que se desfazia preferencialmente de empresas públicas, reduzia-se os instrumentos de política econômica e, conseqüentemente, as possibilidades de atuação do Estado no mercado. A partir daquele momento, seriam menores e menos eficazes os meios que até então se utilizava para assegurar mercado ao fraco capital privado brasileiro, o que não só prevenia que parte da demanda doméstica vazasse ao exterior sob a forma de remessa de lucros e de importações como garantia um impulso à demanda agregada e ao equilíbrio das contas externas. (Filgueiras, 2000)

Todavia, mesmo que o Estado perdesse de forma crescente a sua capacidade para calibrar as pressões externas, que passaram a exigir um volume ainda maior de fortunas especulativas e de bens econômicos, a burguesia brasileira não reduziu a sua sanha por participar dos modernos padrões de consumo originados nos países centrais. Sem responsabilidade cívica, a burguesia calibrou toda a transformação por que passava a economia brasileira sem se privar de seus privilégios. Diferentemente do processo substitutivo, quando muitos acreditaram que a burguesia brasileira agia em prol do desenvolvimento nacional, no atual momento da reversão neocolonial, de grande instabilidade política, restam poucas dúvidas acerca de seu papel como intermediária comercial na transformação do espaço econômico brasileiro em simples espaço de negócios do capital financeiro. Encerrada a industrialização por substituição de importações, que sob um olhar retrospectivo mais se assemelha a um embuste do que a uma janela de oportunidades, a burguesia periférica se entrega à mercantilização das riquezas naturais do país, traduzida na ampliação do agronegócio, versão moderna da empresa agromercantil, das atividades mineiras e daquelas relacionadas à obtenção de recursos energéticos. Por outro lado, e como o reverso necessário de uma mesma moeda, recorre mais uma vez à superexploração da força de trabalho, esmagando qualquer ilusão de que o desenvolvimento capitalista no Brasil possua algum caráter civilizatório.

4. Mercado de trabalho: emprego, subemprego e desemprego de 1980 a 2010

Antes de darmos sequência e examinarmos o mercado de trabalho, é fundamental definirmos com maiores detalhes a concepção de subemprego que baliza a análise estatística, que se pre-

tende uma análise que destaca alguns dos aspectos fundamentais do desenvolvimento.¹¹ A complexidade que envolve o termo, bem como as suas diferentes acepções podem invocar ambiguidades que prejudicariam a compreensão do texto. Em suma, esta seção se divide em duas partes, sendo que na primeira destacaremos muito brevemente a adequação do termo ao contexto de formações subdesenvolvidas, sobretudo à América Latina. Ademais, nesta parte inicial também indicaremos algumas das condições iniciais do mercado de trabalho nas décadas anteriores que permitem uma melhor compreensão da situação socioeconômica que será exposta na segunda subseção, quando, finalmente, apresentaremos a análise do mercado de trabalho entre o período 1980-2010.

4.1 Subemprego: sua construção histórica e a concepção de Octavio Rodríguez

A primeira formulação de subemprego como categoria analítica foi elaborada por Joan Robinson no contexto da Grande Recessão, quando o aumento do desemprego nas economias centrais despertou grande preocupação social. Tratava-se de criar meios que melhor aproveitassem o potencial produtivo dos trabalhadores, mesmo quando estes estivessem ocupados, o que indica que muitas das ocupações correntes caracterizavam-se pela baixa produtividade. Joan Robinson afirmou que a absorção destas atividades, que caracterizariam e definiriam o subemprego, deveriam ocorrer tanto pela expansão das atividades de produtividade regular e elevada como pela transformação do sistema econômico. Neste contexto, o incremento da demanda efetiva reduziria o desemprego e o subemprego, entendido nestas situações como um desemprego disfarçado durante um período transitório em que se pratica alguma atividade de baixa produtividade que pagaria uma renda mais baixa que o antigo emprego. Ademais, este seria um problema de natureza eminentemente política cuja

¹¹ O critério básico que se usa para distinguir o subemprego é a produtividade do trabalho, o que evidencia a sua proximidade com os critérios utilizados na formulação do conceito de heterogeneidade estrutural. De tal modo, a mensuração do subemprego tenderia a captar com maior acuidade a dinâmica do subdesenvolvimento na medida em que apreende indiretamente o estágio em que se encontra o processo de desenvolvimento das forças produtivas das atividades agrícolas e não-agrícolas. Esta característica teria a vantagem de nos permitir uma visão de conjunto que as análises sobre formalidade e informalidade não são capazes de fornecer. Por sua vez, a mensuração da informalidade se afasta desta percepção de desenvolvimento por basicamente três razões. Uma delas é que as pesquisas tradicionais destacam apenas a dinâmica urbana e industrial. Uma segunda é que muitas ocupações de baixa produtividade são formalizadas. Por fim, subestima-se fatores importantes para a captação das condições de vida e trabalho no campo, como o são a dotação de capital, a produtividade da terra e a concentração fundiária, que impacta mais diretamente sobre a produtividade do trabalho. (Portugal Jr., 2012) Assim, ainda que o êxodo rural despontasse como uma das principais razões para que persistissem situações ocupacionais que não podiam ser completamente associadas com o desemprego, as análises influenciadas pelo PREALC — órgão ligado à OIT e que deu origem à categoria de setor informal a partir da “Missão Quênia” — afastam-se dessas preocupações. Para as análises que recebem sua influência, o nível a que havia chegado a urbanização e a industrialização teriam já sido suficientes para dissociar de suas análises as ocupações agrícolas. Em boa medida, o arcaísmo que caracterizaria essas atividades e ocupações seriam apenas heranças da “formação histórica de nossas sociedades nacionais”, (Tavares, 1981, p. 23) o que está dissociado da ideia de que o subdesenvolvimento é “processo histórico autônomo”, (Furtado, 1961, p. 180) passando a estar simplesmente identificado como uma “economia atrasada”. (Souza, 1999, p. 17)

solução deveria ser perseguida pelo Estado através de políticas públicas que visassem o pleno emprego. A estrutura de poder deveria direcionar o desenvolvimento econômico de modo não apenas a criar novos empregos que gerassem maior renda como também estimular a acumulação de capital através do progresso técnico, que propiciaria a criação das ocupações de maior produtividade e de maior renda do trabalho.

Todavia, a constatação de que a economia poderia operar sem o aproveitamento máximo da mão de obra ganha outra dimensão quando o objeto de estudo são os países periféricos. Nesses países, o controle sobre o progresso técnico seria reduzido e a especialização da economia condicionariam uma quantidade de desempregados e de subempregados que não só seria muito maior que nos países centrais como também se prolongariam por longos períodos de tempo. As economias subdesenvolvidas e dependentes apresentariam um diferencial de produtividade muito elevado, o que significa que uma parcela elevada dos ocupados estaria estruturalmente ligada a atividades de baixa produtividade — mais tarde, como já indicamos, esta afirmação seria concebida como a de heterogeneidade estrutural. Não se poderia considerar as atividades em que esta população estivesse ocupada como meras atividades transitórias ou como manifestações de períodos de estagnação, como se pensava o subemprego enquanto uma categoria para compreender os fenômenos das economias centrais.¹² A elevada participação do subemprego na periferia do capitalismo seria um reflexo do elevado grau de heterogeneidade dessas economias que, ao contrário da experiência dos países desenvolvidos no pós-guerra, não conseguiriam absorver boa parte da população liberada pela desestruturação dos setores tradicionais. Embora a industrialização tenha assumido grande intensidade e rapidez nos países latino-americanos, sobretudo no Brasil, a proporção que assumiu a reversão econômica a partir dos anos 1980 evidenciou que o processo substitutivo que tivera lugar até então não teve forças para homogeneizar essas economias. Nessas situações, não havia razões para se compreender o subemprego como um desemprego disfarçado e transitório. No subdesenvolvimento, o subemprego e o desemprego não seriam partes de uma reserva de trabalho de potencial produtivo inexplorado, cuja exploração dependeria essencialmente do aumento da demanda efetiva. Na periferia do capitalismo, boa parte da mão de obra subempregada nunca esteve ocupada em uma atividade

¹² De acordo com Prado Jr. (1966), nas economias em que o setor produtor de bens de capital é deficiente, seria inapropriado ter o princípio da demanda efetiva como pedra angular da análise econômica, pois parte significativa da demanda industrial seria atendida pela oferta externa. Além disso, o controle externo sobre estas economias, que tinham o seu encadeamento produtivo limitado pelos interesses e pela conveniência dos trustes que aí se instalavam, cercearia o seu potencial acumulativo, o que tenderia a inibir a conquista da autonomia tecnológica fundamental para a reversão desta situação.

de produtiva mais elevada e que oferece uma remuneração maior. Para uma massa enorme de trabalhadores, a ideia de retorno a um emprego propriamente dito simplesmente não existe.¹³

Se considerarmos que no momento em que a industrialização ganhou impulso a maioria da população estava ocupada em trabalhos de baixa produtividade, fosse no campo ou nos centros urbanos, observamos que o estágio inicial em que se encontrava a heterogeneidade estrutural se constituiu em um grande obstáculo a sua superação. Dados os limites de um processo substitutivo, que não avançou para setores de elevada eficiência produtiva e que esteve limitado à modernização de um número pequeno de setores e ramos de produção, a proporção de trabalhadores ocupados em atividades era muito elevada no início da década de 1960, por exemplo. Neste ano, a participação de subempregados na estrutura produtiva era de aproximadamente 50,50%. (Portugal Jr., 2012, p. 254)

Partindo de um patamar muito elevado de heterogeneidade, o processo substitutivo não foi capaz de homogeneizar as estruturas econômicas e sociais nem de superar o subdesenvolvimento, que, para Celso Furtado, seria, acima de tudo, uma estrutura de poder. (Furtado, 1977) Assim, entendemos ser fundamental não apenas uma pesquisa que apresente as condições do mercado de trabalho ao longo de três décadas de regressão das forças produtivas, como é o período 1980-2010, mas uma pesquisa que o apresente como um aproximação do subdesenvolvimento, e não apenas como um reflexo da dinâmica industrial. De outro modo, a análise empírica que segue abaixo pretende indicar a forma que vem assumindo a heterogeneidade estrutural nos últimos trinta anos.

¹³ Aqui, a ideia de emprego tal como utilizamos é a ideia de uma ocupação de média ou alta produtividade do trabalho, o que nos leva a apenas três categorias para examinar o mercado de trabalho: o emprego, o subemprego e o desemprego. Neste trabalho, em boa medida por conta do escopo, nos deteremos apenas à análise das duas primeiras categorias, cuja mensuração é definida de uma só vez, dado que o emprego é encontrado pela diferença entre a população ocupada e o total de subempregados. A etapa mais importante desta metodologia é a mensuração precisa do subemprego, que se encontra em Portugal Jr. (2012). Segundo este autor, seriam quatro passos para identificar uma estrutura ocupacional composta de empregados, subempregados e desempregados. Primeiramente, a metodologia está baseada na identificação das seguintes posições na ocupação fornecidas pelos *Censos Demográficos*: empregados domésticos, ocupados sem remuneração, autônomos, empregados e empregadores, sendo que as duas primeiras categorias, levando-se em conta as características tradicionais do serviço doméstico no Brasil, indicariam indivíduos ocupados em atividades de baixa produtividade. Um segundo passo seria classificar os autônomos e os empregadores em faixas de renda. Aqueles que recebem até dois salários mínimos seriam identificados como ocupados em atividades de baixa produtividade, o que quer dizer que a renda auferida em uma dada atividade seria uma aproximação de sua produtividade do trabalho — e não do trabalhador. Os trabalhadores que recebem entre dois e quatro salários mínimos, seriam classificados como que de média produtividade, e os que recebem mais de quatro salários mínimos estariam ocupados em atividades de alta produtividade — para fins práticos, todavia, selecionamos todos os ocupados em atividades que auferem mais de dois salários mínimos como indivíduos ocupados em atividades de alta produtividade, ou seja, empregados. O terceiro passo seria desagregar os ocupados que trabalham para empregadores. Aqueles ocupados para empregadores que recebem até dois salários mínimos seriam automaticamente classificados como subempregados. Os demais, independentemente da remuneração auferida no trabalho, seriam identificados como empregados, dado que estes estabelecimentos teriam condições para oferecer melhores condições de trabalho. Todavia, para obter estas informações, é necessário averiguar a quantidade de empregados, tanto aqueles ocupados em atividades de baixa como nas de alta produtividade, o que se constitui como um último passo a ser seguido, cujos passos, excessivamente detalhados para este espaço, se encontram em Portugal Jr. (1998; 2012).

4.2 Análise do mercado de trabalho (1980-2010)

Perdida parte significativa dos elos mais modernos da cadeia produtiva, no decorrer dos anos 1980 a geração de empregos não só perdeu força como tendeu a ser substituída por uma forma de ocupação que não classificou nem valorizou socialmente o possuidor da força de trabalho, que é o subemprego. Crescentemente heterogênea, a economia brasileira gerou ao longo de toda a década de oitenta um número crescente de subempregados, passando de 12,1 milhões em 1980 para impressionantes 26,4 milhões em 1991, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição e participação do subemprego, do emprego e da ocupação, Brasil

	Subemprego			Emprego			Ocupação		
	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total
(em milhões de pessoas)									
1980	5,4	6,7	12,1	24,0	5,9	29,9	29,4	12,5	41,9
1991	17,6	8,8	26,4	25,2	3,8	28,9	42,7	12,6	55,3
2000	12,0	7,1	19,1	41,5	5,0	46,6	53,5	12,1	65,6
2010	16,8	7,5	24,3	57,3	4,8	62,0	74,1	12,3	86,4
(%)									
1980	44,8	55,2	100,0	80,3	19,7	100,0	70,1	29,9	100,0
1991	66,6	33,4	100,0	87,0	13,0	100,0	77,3	22,7	100,0
2000	62,9	37,1	100,0	89,2	10,8	100,0	81,5	18,5	100,0
2010	69,2	30,8	100,0	92,3	7,7	100,0	85,8	14,2	100,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Além disso, essa conjuntura explicitou de forma clara a deterioração marcante das atividades não-agrícolas, já que esse acréscimo foi claramente puxado pelo subemprego urbano, que mais que triplicou no período, passando de 5,4 milhões para 17,6 milhões de pessoas, o que perfazia 66,6% do total. Juntamente com a perda de dinamismo dos setores propriamente urbanos da economia, sobretudo da indústria de transformação, o agronegócio é revitalizado e é dado início à especialização regressiva, o que implica em uma mudança significativa no perfil da estrutura de ocupações no país.¹⁴ Ao mesmo tempo, a expansão da produção agrícola de grande escala, em boa medida estimulada pelas necessidades de fazer frente à deterioração do Balanço de Pagamentos, continuou com a reprodução do subemprego rural, que geralmente se encontra ocupado em unidades de subsistência. Nestas, a dotação de capital fixo tende a ser insignificante, o que revela uma baixa

¹⁴ Um exemplo da atualidade da questão agrária pode ser observado nas notícias que seguem. Na primeira — <http://infograficos.estadao.com.br/especiais/novas-veredas/> —, observa-se o avanço da fronteira agrícola, que ainda hoje expulsa uma grande quantidade de trabalhadores rurais sem qualificação para os centros urbanos. Na segunda — http://correio.rac.com.br/conteudo/2017/02/campinas_e_rmc/468715-urbanizacao-avanca-sobre-a-zona-rural-de-campinas.html —, observa-se um agravamento das possibilidades de absorção desses trabalhadores que migram para as zonas urbanas — ambas as reportagens foram acessadas em 13/02/2017.

presença ou inexistência da mecanização e demais formas de tecnificação. De outro modo, as unidades de subsistência contam basicamente com a mão de obra de alguns lavradores que se utilizam de poucas ferramentas agrícolas e de produtividade muito baixa, não havendo condições favoráveis à produção de excedente. Entre 1980 e 1991, como indicado pela mesma Tabela 1, houve um acréscimo de pouco mais de dois milhões de subempregados rurais, o que não necessariamente quer dizer que as precárias condições de vida e trabalho no Brasil rural tenha gerado “apenas” 2 milhões de ocupações de baixa produtividade. Ainda que os dados oferecidos não permitam a identificação exata, é muito provável que uma parcela não desprezível de trabalhadores rurais tenham migrado aos centros urbanos do país, colaborando para o aumento de mais de 12 milhões de subempregados em atividades não-agrícolas no período. Uma informação da Tabela 1 que corrobora esta hipótese é que, levando-se em conta um crescimento vegetativo positivo ao longo de 11 anos, o número de ocupações agrícolas permaneceu quase o mesmo, perfazendo 12,5 milhões contra 12,6 milhões em 1991. Com poucas perspectivas de serem absorvidos pelo agronegócio e impulsionados pela miséria que domina o campo brasileiro, muitos fogem para as cidades em busca de uma oportunidade melhor, ainda que as condições nos centros urbanos do país não fossem promissoras. As dificuldades por que passava a economia desmobilizaram as estruturas da economia, que não se encontrava habilitada para gerar a quantidade necessária de empregos para absorver a massa oriunda do êxodo rural. No período todo, em todo o país, foram criadas apenas 1,2 milhões de postos de trabalho de média e alta produtividade nos centros urbanos, o que foi insuficiente para suprir a perda de empregos rurais. No total, entre 1980 e 1991 o país perdeu aproximadamente 1 milhão de empregos, ao que se soma um acréscimo de 14,3 milhões de pessoas ocupadas em unidades produtivas desestruturadas e recebendo até dois salários mínimos.

Ainda que a participação do subemprego rural tenha caído substancialmente quando comparado às décadas anteriores, as atividades rurais preservaram-se como um grande reservatório de mão de obra não qualificada para os centros urbanos no período analisado. A expansão contínua da fronteira agrícola do latifúndio agromercantil não só não conduziu à ampliação da oferta de ocupações rurais, que permaneceu praticamente inalterada ao longo de trinta anos, como permitiu um crescimento do nível de subempregados rurais e uma queda no de empregados rurais. Como se observa também na Tabela 1, a quantidade de subempregados rurais em 2000 e 2010 era maior do que a verificada em 1980, o que revela que superado o momento mais grave da crise que abateu a economia brasileira, parece ter sido estabelecido um novo equilíbrio na estrutura ocupacional rural. O maior nível do subemprego elevou a sua participação no total das ocupações agrícolas, passando de

52,8%, em 1980, para aproximadamente 61%, em 2010, o que revela uma deterioração das relações de produção no campo brasileiro quando o comparamos ao início do recorte temporal proposto.

Mas a quantificação da população trabalhadora apta e disposta a ocupar um posto de trabalho em atividades agrícolas depende ainda de um outro componente que é de difícil captação. Em 2010, embora nossa pesquisa indique que os trabalhadores ocupados em atividades rurais de baixa produtividade tenham passado a 7,5 milhões, acreditamos que este é um número subestimado quando se trata de analisar a população disponível para participar dessas atividades. Parte da população urbana, que muitas vezes é de origem rural e ainda mantém vínculos com o trabalho do campo, busca ocupações irregulares nas atividades agrícolas e não-agrícolas ao sabor da ocasião, compondo com a população trabalhadora do campo uma superpopulação latente de grandes dimensões.¹⁵ Devido às dificuldades de se encontrar um emprego não-agrícola, para muitos a solução é migrar constantemente entre o subemprego rural e o subemprego urbano, que assume um volume cada vez maior. O recente avanço do agronegócio a áreas que até então eram inexploradas reproduziu ao longo de todo o período as migrações rural-urbanas que marcaram a consolidação do mercado de trabalho brasileiro no período de industrialização substitutiva. A grande diferença com o período atual é que a atual estrutura industrial brasileira não possui a mesma capacidade de absorver mão de obra nem a mesma interlocução com os serviços urbanos modernos, de alta produtividade. Embora as atividades não-agrícolas de alta produtividade tenham percebido um acréscimo considerável no período, é preocupante a constatação de que permanece elevada a participação do subemprego urbano na estrutura ocupacional brasileira. Em 2010, eram 16,8 milhões os trabalhadores ocupados em atividades de baixa produtividade, o que se poderia identificar como uma população estagnada que totalizava 69,2% de todo o subemprego no país.¹⁶ A partir de 1991 o subemprego parece ter se estabelecido em um patamar que resiste à queda, o que compromete a elevação da participação do emprego urbano. Ainda que a estabilização monetária tenha contribuído para amenizar o drama social que acompanhou a crise econômica dos anos 1980, as taxas de crescimento do emprego e do subemprego atestam a impotência da economia em oferecer postos de trabalho de alta produtividade. Nesse sentido, observamos que, entre 1980 e 2010, o crescimento do subemprego urbano, de

¹⁵ Para Marx (2013), na medida em que a produção capitalista se apodera da agricultura, irremediavelmente irá surgir uma população sem possibilidades de encontrar outra ocupação agrícola e que, por isso, se encontrará “em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose” (p. 717), configurando-se como uma superpopulação latente, “sempre com um pé no lodaçal do pauperismo.” (p. 718).

¹⁶ Para Marx (2013), a superpopulação estagnada “forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital.” (p. 718). Para uma análise marxista que identifica a população estagnada ao emprego informal, ver Nakatani & Sabadini (2002).

211,2%, foi superior ao crescimento do emprego das atividades não-agrícolas, de 138,8%, como ilustra a Tabela 2. De modo análogo, a evolução das ocupações rurais também indica um acirramento das contradições entre capital e trabalho, pois, no mesmo período, enquanto que o emprego apresentou queda de 18,9%, o subemprego apresentou uma variação positiva de 12,3%.

Tabela 2

Variações anuais do subemprego, do emprego e da ocupação, %, Brasil

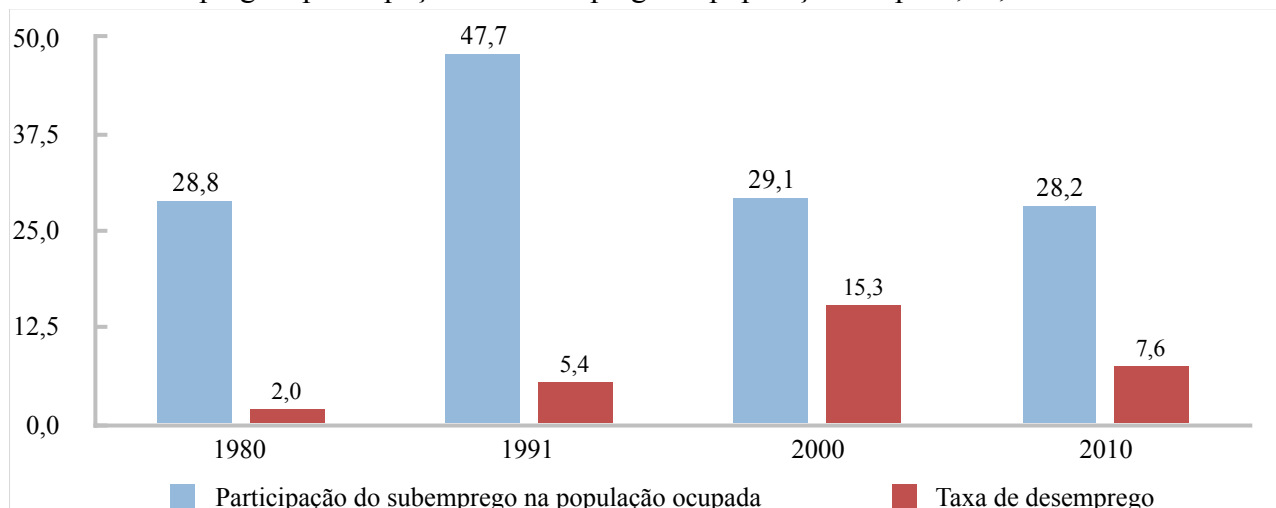
	Subemprego			Emprego			Ocupação		
	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total	Urbano	Agrícola	Total
1991/1980	224,9	32,0	118,4	4,9	-36,2	-3,2	45,4	0,1	31,8
2000/1980	121,7	6,3	58,0	73,1	-14,4	55,9	82,1	-3,4	56,5
2000/1991	-31,8	-19,5	-27,7	65,0	34,2	61,0	25,2	-3,5	18,7
2010/2000	40,4	5,7	27,5	37,9	-5,3	33,2	38,5	1,1	31,6
2010/1991	-4,2	-14,9	-7,8	127,5	27,1	114,5	73,4	-2,4	56,2
2010/1980	211,2	12,3	101,4	138,8	-18,9	107,7	152,1	-2,3	105,9

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Sem condições de acompanhar o ritmo da demanda de trabalho, o lento e vacilante crescimento da economia brasileira proporcionou não apenas este contínuo crescimento do subemprego como também permitiu um acréscimo da taxa de desemprego, cuja dinâmica não deve ser compreendida de modo isolado. Há uma complementaridade entre o subemprego e o desemprego, visto que ambas estas variáveis refletem a insuficiência da absorção de trabalhadores. Se, de um lado, refugiar-se em uma atividade de baixa produtividade representa uma estratégia de sobrevivência, o desemprego resulta como ausência de quaisquer possibilidade de se obter uma fonte de renda, por precária que esta seja. Em uma economia instável e pouco dinâmica, o aumento do desemprego tende a refletir o esgotamento do subemprego como alternativa, que é exatamente o que se pode observar a partir do Gráfico 1 na passagem entre 1991 e 2000. Após a reversão do ciclo expansivo e a irrupção da Crise da Dívida, o subemprego disparou, alcançando a impressionante marca de 47,7% da população ocupada, o que representou um acréscimo de quase dezenove pontos percentuais. No mesmo período, o desemprego cresceu com menor intensidade, passando de 2% para 5,4%. Foi apenas na década seguinte, quando o processo de liberalização da economia acelerou, que o desemprego assumiu grandes proporções, chegando a 15,3% da PEA. Ao mesmo tempo, o subemprego baixou para 29,1%, apenas 0,3 pontos percentuais abaixo do que foi verificado em 1980, o que evidenciaria a inviabilidade do subempregado como estratégia de sobrevivência diante de um PIB tão baixo e oscilante. De outro modo, o que se indica é que a barbárie avançou de forma muito intensa entre 1980 e o início dos anos 2000, o que teve reflexos, por exemplo, na violência urbana e rural.

Gráfico 1

Taxa de desemprego e participação do subemprego na população ocupada, %, Brasil



Fonte: Para os dados do desemprego de 1980, 1991 e 2000: Portugal Jr. (2012). Para o demais: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Nos anos 2000, quando o crescimento médio do produto foi alto em comparação com os anos da década anterior, o desemprego apresentou uma queda que não se pode desprezar, chegando a 7,6%. O subemprego, por sua vez, ficou estável, chegando a 28,2% de todas as ocupações. Sem autonomia e combatida pela continuação ininterrupta da desindustrialização e da especialização regressiva, a aceleração da atividade econômica não foi suficiente para recuperar uma baixa taxa de desemprego. E mais do que isso, devido à deterioração de uma estrutura econômica dependente e subdesenvolvida, que não consegue se estabelecer como referência de si própria, aumenta a suscetibilidade a movimentos de reversão, que podem emergir com intensidade ainda maior do que aqueles que se verificaram até o momento.

Embora na última década o desemprego tenha sofrido uma retração importante e o subemprego retornado a taxas semelhantes às da década de 1980, o perfil da atual estrutura ocupacional é muito mais frágil. A desestruturação por que vem passando a economia levou a uma queda no número de empregos nos ramos dinâmicos da indústria de transformação, que passou de 2,5 milhões em 1980 para 1,3 milhões em 2010, como nos mostra a Tabela 3. Esta queda representa uma perda de representatividade muito grande das indústrias dinâmicas, cuja participação passou de 6%, em 1980, para 1,5%, em 2010. De modo análogo, também houve um decréscimo na participação do emprego na indústria tradicional, ainda que em um ritmo um pouco mais lento. Ainda que o emprego tenha quase que dobrado, indo de 4,1 milhões a 7,6 milhões, a sua participação no total de ocupados também declinou, passando de 9,8% a 8,8%, o que evidencia de forma cabal que o setor manufatureiro como um todo perdeu espaço na geração de valor na economia brasileira.

Tabela 3

Estrutura (milhões) do subemprego, do emprego e da ocupação nas indústrias manufatureiras, e sua participação na população ocupada, Brasil

	Subemprego			Emprego			Ocupação		
	Tradicional	Dinâmica	Total	Tradicional	Dinâmica	Total	Tradicional	Dinâmica	Total
(em milhões de pessoas)									
1980	0,3	0,0	0,4	4,1	2,5	6,6	4,5	2,5	7,0
1991	1,9	0,3	2,3	3,3	2,7	6,0	5,2	3,0	8,3
2000	1,1	0,0	1,2	6,4	1,2	7,6	7,5	1,2	8,8
2010	1,4	0,0	1,4	7,6	1,3	8,8	8,9	1,3	10,2
(%)									
1980	0,8	0,0	0,9	9,8	6,0	15,8	10,6	6,1	16,7
1991	3,5	0,6	4,1	6,0	4,9	10,9	9,3	5,5	15,0
2000	1,7	0,1	1,8	9,7	1,8	11,6	11,5	1,9	13,3
2010	1,6	0,0	1,6	8,8	1,5	10,2	10,3	1,5	11,8

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Diferentemente do passado, quando a participação de subempregados era residual na indústria tradicional, neste último ano o número de subempregados chegou a 1,3 milhões, o que indica a retomada do artesanato e outras vias de remuneração que se caracterizam pela precariedade. Mas não apenas estas foram as estratégias que foram revitalizadas na economia a partir da obsolescência do parque industrial brasileiro e a perda de elos da cadeia produtiva. Muitos dos que perderam seus empregos no setor secundário e no setor primário, além de muitos outros que ingressaram no mercado de trabalho, encontraram uma ocupação no setor terciário, que já em 1991 era o setor mais representativo da estrutura ocupacional, perfazendo mais da metade dos ocupados, como indica a Tabela 4. Neste ano, o nível de ocupação no setor terciário era de 54,8%, o que representou um acréscimo de 9,3 pontos percentuais com relação a 1980.

Tabela 4

Distribuição e participação do subemprego, emprego e da ocupação de acordo com os setores de atividade, Brasil

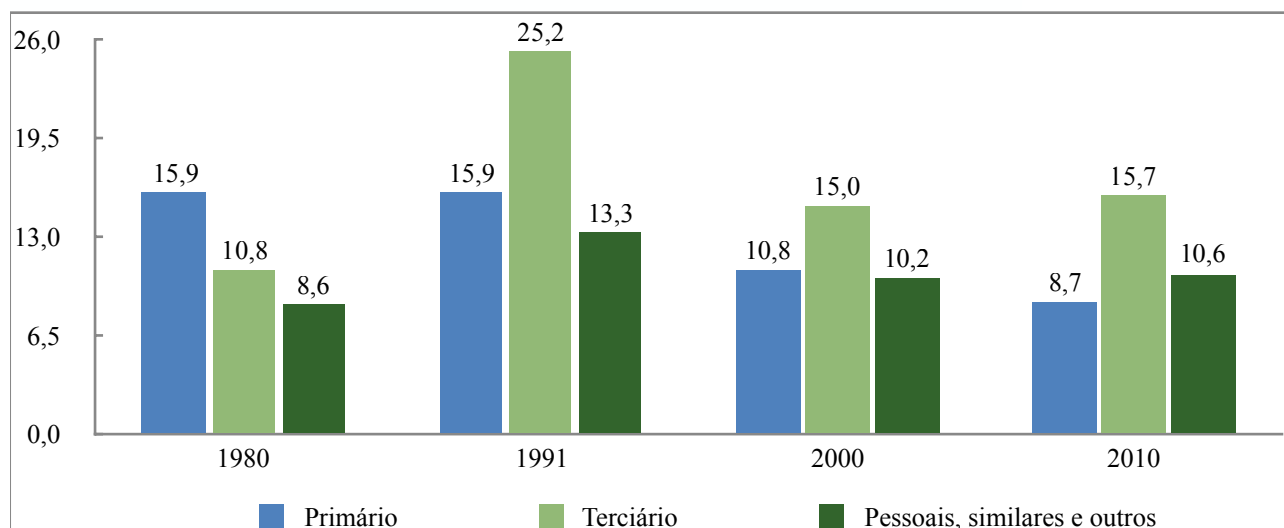
	Subemprego			Emprego			Ocupação		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
(em milhões de pessoas)									
1980	6,7	0,9	4,5	5,9	9,4	14,5	12,5	10,3	19,1
1991	8,8	3,7	13,9	3,8	8,8	16,4	12,6	12,4	30,3
2000	7,1	0,2	9,9	5,0	11,8	29,8	12,1	13,9	39,6
2010	7,5	3,3	13,6	4,8	14,4	42,8	12,3	17,7	56,4
(%)									
1980	55,2	7,2	37,6	19,7	31,6	48,7	29,9	24,6	45,5
1991	33,4	13,9	52,8	13,0	30,3	56,7	22,7	22,5	54,8
2000	37,1	11,1	51,7	10,8	25,3	63,9	18,5	21,2	60,4
2010	30,8	13,4	55,8	7,7	23,2	69,1	14,2	20,5	65,3

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

Na década de 1980, a grande maioria destas pessoas se refugiou nas atividades terciárias de baixa produtividade do trabalho, que passou a abrigar 13,9 milhões, o que representou um acréscimo de 9,4 milhões de subempregados em pouco mais de dez anos. Em termos relativos, este aumento representou um salto igualmente expressivo na participação das atividades terciárias no subemprego, passando de 37,6% para 52,8% do total dos ocupados em atividades de baixa produtividade. Nas *duas* décadas posteriores, marcadas pela liberalização da economia, o seu patamar foi elevado, chegando a 55,8% em 2010, o que evidencia que a transformação do setor terciário em setor com maior participação da população ocupada e com maior participação no total de subempregados não foi uma mudança conjuntural trazida pela Crise da Dívida. O setor terciário da economia brasileira continuou a se destacar pelos serviços pessoais e outras formas de baixa produtividade que contribuem para a reprodução das velhas estruturas econômicas, sociais e políticas. Ou seja, o setor terciário foi transformado e consolidado como o maior depositário de mão de obra ocupada em atividades de baixa produtividade, substituindo um posto que anteriormente era ocupado pelo setor primário, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2

Variações anuais da participação dos subempregados na população ocupada, %



Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Elaboração própria.

De tal modo, constata-se que a heterogeneidade estrutural que marca o país assumiu uma nova trajetória e, também, uma nova forma, o que ficou patente já em 1991. Neste ano, a despeito do subemprego no setor primário ter preservado a mesma participação da população ocupada, 15,9%, o subemprego no terciário cresceu quase quinze pontos percentuais, passando a 25,2%. Nos anos seguintes, quando a participação do subemprego caiu e o setor terciário se consolidou como o

principal absorvedor de atividades de baixa produtividade, o subsetor de serviços pessoais, similares e outros confirmou sua importância como o principal fator isolado dos elevados patamares do subemprego no setor terciário, chegando a 10,6% da população ocupada em 2010, superando de forma isolada a participação das ocupações primárias de baixa produtividade.

5. Considerações Finais

Sem romper com a dependência externa e com o subdesenvolvimento,¹⁷ a economia brasileira não apresenta qualquer possibilidade de retomar a tendência de homogeneização que se verificou no período de industrialização por substituição de importações. A transnacionalização do capital e a perda relativa de autonomia da política macroeconômica do Estado brasileiro deram início a um processo conjugado de desnacionalização, desindustrialização e especialização regressiva que expôs a classe trabalhadora a uma situação extremamente precária, revelando os limites de um país que não transformou até o fim e até o fundo as suas estruturas econômicas, sociais e políticas. Ainda que a participação do subemprego tenha declinado consideravelmente desde os anos 1960, e ainda que a taxa de desemprego tenha retornado a patamares mais “civilizados” na última década, o elevado nível em que se encontrava o subemprego em 1980 parece ter consistido em uma barreira intransponível para uma economia que atravessou um profundo processo de reversão. Apesar de a participação do subemprego em 2010 ser muito semelhante ao que se verificou em 1980, o volume de trabalhadores ocupados em atividades de baixa produtividade praticamente dobrou. Mesmo na última década, comumente celebrada como um período de grande progresso econômico e de organização do mercado de trabalho, parecem existir indícios significativos de que os processos regressivos que atravessam as estruturas econômicas e sociais não abrem espaço ao otimismo. Basta uma conjuntura internacional desfavorável para que tome lugar um processo de reversão estrutural mais ou menos violento, que é exatamente o que parece estar acontecendo no país neste momento de grande instabilidade política.¹⁸ Não se pode negligenciar a determinação das estruturas econômicas e sociais sobre a conjuntura econômica.

O desafio que hoje se coloca à superação da heterogeneidade estrutural é, pois, muitas vezes superior ao que se apresentou no passado, quando a estrutura produtiva era mais integrada e completa. Ainda que a reversão neocolonial se processe de forma contínua, ela é por vezes surpreendida

¹⁷ Segundo Fernandes (1991), o “colonialismo não foi destruído até o fim e até o fundo” (p. 28).

¹⁸ Para uma análise histórico-sociológica sobre o papel econômico, social e político que cumpre a instabilidade política em países subdesenvolvidos e dependentes, ver Fernandes (2008, cap. 3).

por solavancos, como o de 1980, sendo que hoje uma repetição desse movimento poderia ter contornos ainda mais dramáticos. Afinal, a economia brasileira não apenas se encontra industrialmente debilitada e ainda baseada em uma estrutura agrária que expulsa continuamente trabalhadores rurais como ela também possui uma quantidade muito maior de subempregados nas atividades agrícolas e não agrícolas do que possuía em 1980 — como indicado na Tabela 1, o nível das ocupações de baixa produtividade dobrou ao longo desses trinta anos. Em suma, o quadro que apresentamos é o de uma economia sem forças para recuperar a sua estrutura produtiva e, pois, retomar uma trajetória de redução da heterogeneidade estrutural e do subemprego. Enquanto a burguesia brasileira preservar o caráter espoliativo e especulativo de sua dominação e, pois, não integrar a massa da população como eixo da acumulação capitalista, sobretudo se preservadas a dependência externa, não existe a possibilidade de se construir uma conjuntura mercantil sólida e autoreferida.

Referências

- CAMPOS, Fábio Antonio de. “Complexo multinacional e a ‘Lei de Remessas de Lucro’ (1956-1973)”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 45, p. 10-35, 2016.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses*. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5ª edição revista. São Paulo: Global, 2008.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª edição. São Paulo: Global, 2009.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- _____. *O PT em movimento*. Contribuição ao 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1991.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *História do plano Real*. Fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *Prefácio à nova economia política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento*. Enfoque interdisciplinar. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

- _____. *A nova dependência*. Dívida externa e monetarismo. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1983.
- IBGE. *Censo Demográfico* – 1980, 1991, 2000, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NAKATANI, Paulo; SABADINI, Maurício de Souza. “Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil”, *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, Caracas, v. VIII, n. 2, p. 265-290, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco Cavalcanti de. *Crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PINTO, Aníbal. “Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente”. In: SERRA, José (coord.). *América Latina*. Ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 44-82.
- PORTUGAL Jr., José Geraldo. *Economia regional e os problemas do emprego*. São Paulo: Fundap, 1998.
- _____. *Padrões de heterogeneidade estrutural no Brasil*. Tese de doutorado – IE-UNICAMP, Campinas, 2012.
- PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. 4ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.
- _____. *A revolução brasileira*. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 43ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- RODRÍGUEZ, Octavio. “Agricultura, subempleo y distribución del ingreso. Notas del caso brasileño.”, *Economía de América Latina*, Cidade do México, nº 13, p. 63-77, 1985.
- SAMPAIO Jr., Plínio Soares de Arruda. *Capitalismo dependente e reversão neocolonial*. Tese de Livre-Docência – IE-Unicamp, Campinas, 2012.
- SOUZA, Paulo Renato Costa. *Salário e emprego em economias atrasadas*. Campinas: Unicamp-IE, 1999.
- SZMRECSÁNYI, Tamás József Károly Márton. “Análise das políticas para o setor agropecuário”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Ensaios sobre a crise, vol. 2. 4ª edição. Campinas: IE-Unicamp, 1998, p. 255-274.
- SUZIGAN, Wilson. “A indústria brasileira após uma década de estagnação. Questões para política industrial”, *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 1, p. 89-109, 1992.
- TAVARES, Maria da Conceição. “Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardío y periféricos”, *Economía de América Latina*, Cidade do México, nº 6, p. 21-42, 1981.